

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	16
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.597.547
Preferenciais	4.161.252
Total	6.758.799
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.155
Preferenciais	2.000
Total	4.155

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	04/01/2016	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	04/01/2016	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Ordinária		0,12090
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Preferencial		0,12090
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2016	Dividendo	29/02/2016	Ordinária		0,07550
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2016	Dividendo	29/02/2016	Preferencial		0,07550
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Ordinária		0,10630
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Preferencial		0,10630
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2016	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2016	Preferencial		0,01500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	46.511.000	47.011.000
1.01	Ativo Circulante	1.582.000	2.334.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	645.000	802.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	285.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	285.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	285.000	282.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	249.000	318.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	249.000	318.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	403.000	932.000
1.01.08.03	Outros	403.000	932.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	30.000	44.000
1.01.08.03.03	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	339.000	888.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos	34.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	44.929.000	44.677.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	539.000	491.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	535.000	486.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	535.000	486.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.000	5.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos	4.000	5.000
1.02.02	Investimentos	43.844.000	43.641.000
1.02.02.01	Participações Societárias	43.844.000	43.641.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.378.000	2.425.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	41.466.000	41.216.000
1.02.03	Imobilizado	86.000	85.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	86.000	85.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	46.511.000	47.011.000
2.01	Passivo Circulante	739.000	1.563.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	97.000	111.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97.000	111.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	67.000	0
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a Pagar	30.000	19.000
2.01.03.01.03	Outros	0	92.000
2.01.05	Outras Obrigações	642.000	1.452.000
2.01.05.02	Outros	642.000	1.452.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	638.000	1.444.000
2.01.05.02.04	Participações e Honorários a Pagar	1.000	2.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	3.000	6.000
2.02	Passivo Não Circulante	666.000	601.000
2.02.03	Tributos Diferidos	6.000	6.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.000	6.000
2.02.04	Provisões	660.000	595.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	660.000	595.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	660.000	595.000
2.03	Patrimônio Líquido	45.106.000	44.847.000
2.03.01	Capital Social Realizado	32.292.000	32.292.000
2.03.01.01	Capital Social	32.325.000	32.325.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-33.000	-33.000
2.03.02	Reservas de Capital	572.000	680.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	542.000	650.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.307.000	12.654.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.221.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	12.086.000	10.813.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	718.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.072.000	-786.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.967.000	1.875.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.000	-10.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.000	3.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-124.000	-142.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-124.000	-142.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.098.000	2.024.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.967.000	1.875.000
3.06	Resultado Financeiro	19.000	24.000
3.06.01	Receitas Financeiras	40.000	34.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.000	-10.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.986.000	1.899.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.000	31.000
3.08.01	Corrente	-67.000	-4.000
3.08.02	Diferido	49.000	35.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.968.000	1.930.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.968.000	1.930.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29000	0,29000
3.99.01.02	PN	0,29000	0,29000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,29000	0,29000
3.99.02.02	PN	0,29000	0,29000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	1.968.000	1.930.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-286.000	169.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-281.000	158.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	-5.000	11.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.682.000	2.099.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.000	175.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-107.000	-61.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.968.000	1.930.000
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.098.000	-2.024.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-49.000	-35.000
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.000	0
6.01.01.07	Variações Monetárias Líquidas	13.000	7.000
6.01.01.08	Provisões	58.000	61.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	124.000	236.000
6.01.02.01	Aumento em Ativos Financeiros	-3.000	-3.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	241.000	199.000
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Provisões e Demais Passivos	-114.000	40.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.800.000	1.650.000
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.802.000	1.651.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-2.000	-1.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.974.000	-1.640.000
6.03.01	Subscrição de Ações	0	3.000
6.03.02	Aquisição de Ações para Tesouraria	0	-5.000
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.974.000	-1.638.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-157.000	185.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	802.000	643.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	645.000	828.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-108.000	-783.000	-532.000	0	-1.423.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-101.000	0	-101.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-431.000	0	-431.000
5.04.10	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-108.000	-65.000	0	0	-173.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.968.000	-286.000	1.682.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.968.000	0	1.968.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-286.000	-286.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	546.000	13.307.000	0	-1.072.000	45.106.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.000	-760.000	-523.000	0	-1.338.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.000	0	0	0	-5.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-91.000	0	-91.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-432.000	0	-432.000
5.04.10	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-50.000	-42.000	0	0	-92.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.930.000	169.000	2.099.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.930.000	0	1.930.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169.000	169.000
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	169.000	169.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.407.000	-1.407.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.407.000	-1.407.000	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	472.000	12.806.000	0	-316.000	39.987.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.000	-7.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.000	-3.000
7.02.04	Outros	-3.000	-4.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-1.000	-1.000
7.02.04.02	Outros	-2.000	-3.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.000	-7.000
7.04	Retenções	-1.000	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.000	-7.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.142.000	2.061.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.098.000	2.024.000
7.06.02	Receitas Financeiras	40.000	34.000
7.06.03	Outros	4.000	3.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.133.000	2.054.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.133.000	2.054.000
7.08.01	Pessoal	2.000	3.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.000	3.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	142.000	111.000
7.08.02.01	Federais	142.000	111.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.000	10.000
7.08.03.01	Juros	21.000	10.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.968.000	1.930.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	431.000	432.000
7.08.04.02	Dividendos	101.000	91.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.436.000	1.407.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	54.020.000	54.830.000
1.01	Ativo Circulante	4.790.000	5.857.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.761.000	2.174.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	285.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	285.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	285.000	282.000
1.01.03	Contas a Receber	977.000	996.000
1.01.03.01	Clientes	977.000	996.000
1.01.04	Estoques	954.000	968.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	813.000	1.437.000
1.01.08.03	Outros	813.000	1.437.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	393.000	919.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	383.000	506.000
1.01.08.03.03	Ativos Não Financeiros	37.000	12.000
1.02	Ativo Não Circulante	49.230.000	48.973.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.629.000	2.556.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.473.000	1.442.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	845.000	816.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	845.000	816.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	311.000	298.000
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	58.000	41.000
1.02.01.09.04	Outros Ativos	253.000	257.000
1.02.02	Investimentos	41.495.000	41.246.000
1.02.02.01	Participações Societárias	41.466.000	41.216.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	41.466.000	41.216.000
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	29.000	30.000
1.02.03	Imobilizado	4.089.000	4.146.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.089.000	4.146.000
1.02.04	Intangível	1.017.000	1.025.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.017.000	1.025.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	54.020.000	54.830.000
2.01	Passivo Circulante	2.482.000	3.182.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	174.000	178.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	174.000	178.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	79.000	29.000
2.01.03.01.02	Outras	95.000	149.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	984.000	675.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	849.000	668.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	418.000	513.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	431.000	155.000
2.01.04.02	Debêntures	135.000	7.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.324.000	2.329.000
2.01.05.02	Outros	1.324.000	2.329.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	639.000	1.568.000
2.01.05.02.04	Provisão para Participação no Lucro	3.000	11.000
2.01.05.02.06	Outros Passivos	682.000	750.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.505.000	3.777.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.135.000	2.423.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.135.000	2.293.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.336.000	1.353.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	799.000	940.000
2.02.01.02	Debêntures	0	130.000
2.02.03	Tributos Diferidos	554.000	611.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	554.000	611.000
2.02.04	Provisões	816.000	743.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	816.000	743.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	48.033.000	47.871.000
2.03.01	Capital Social Realizado	32.292.000	32.292.000
2.03.01.01	Capital Social	32.325.000	32.325.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-33.000	-33.000
2.03.02	Reservas de Capital	572.000	680.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	542.000	650.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.307.000	12.654.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.221.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	12.086.000	10.813.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	718.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.072.000	-786.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.927.000	3.024.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.109.000	1.220.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-900.000	-916.000
3.03	Resultado Bruto	209.000	304.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.771.000	1.660.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-143.000	-153.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-82.000	-70.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.000	70.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-157.000	-202.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-124.000	-142.000
3.04.05.02	Outras	-33.000	-60.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.137.000	2.015.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.980.000	1.964.000
3.06	Resultado Financeiro	-38.000	-24.000
3.06.01	Receitas Financeiras	94.000	111.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-132.000	-135.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.942.000	1.940.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.000	34.000
3.08.01	Corrente	-80.000	-15.000
3.08.02	Diferido	87.000	49.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.949.000	1.974.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.949.000	1.974.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.968.000	1.930.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-19.000	44.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29000	0,29000
3.99.01.02	PN	0,29000	0,29000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,29000	0,29000
3.99.02.02	PN	0,29000	0,29000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.949.000	1.974.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-286.000	169.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-281.000	158.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	-5.000	11.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.663.000	2.143.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.682.000	2.099.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-19.000	44.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.000	340.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.000	174.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.949.000	1.974.000
6.01.01.04	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	99.000	82.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	140.000	152.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.137.000	-2.015.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-87.000	-49.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-36.000	-45.000
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.000	-3.000
6.01.01.10	Provisão para Passivos Contingêntes	67.000	66.000
6.01.01.11	Outros	31.000	12.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	74.000	230.000
6.01.02.01	Redução em Ativos Financeiros mantidos para negociação	122.000	462.000
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Contas a Receber de Clientes	13.000	-79.000
6.01.02.03	Redução em Estoques	14.000	5.000
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Fiscais	188.000	-34.000
6.01.02.05	(Aumento) / Redução em Outros Ativos	-3.000	11.000
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Obrigações Fiscais	-64.000	83.000
6.01.02.08	Aumento / (Redução) em Outros Passivos	-196.000	-218.000
6.01.03	Outros	-94.000	-64.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-3.000	-4.000
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-91.000	-60.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.604.000	1.466.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-87.000	0
6.02.03	Aquisição de Imobilizado de Uso	-91.000	-155.000
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.782.000	1.621.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.026.000	-1.714.000
6.03.01	Subscrição de Ações	0	3.000
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	-5.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-2.057.000	-1.708.000
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	147.000	122.000
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-108.000	-119.000
6.03.07	Amortização de Debêntures	-8.000	-7.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.000	2.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-413.000	94.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.174.000	1.897.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.761.000	1.991.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-108.000	-783.000	-532.000	0	-1.423.000	-78.000	-1.501.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-101.000	0	-101.000	0	-101.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-431.000	0	-431.000	0	-431.000
5.04.10	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-108.000	-65.000	0	0	-173.000	0	-173.000
5.04.13	(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	-78.000	-78.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.968.000	-286.000	1.682.000	-19.000	1.663.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.968.000	0	1.968.000	-19.000	1.949.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-286.000	-286.000	0	-286.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	546.000	13.307.000	0	-1.072.000	45.106.000	2.927.000	48.033.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.000	-760.000	-523.000	0	-1.338.000	3.000	-1.335.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.000	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-91.000	0	-91.000	0	-91.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-432.000	0	-432.000	0	-432.000
5.04.10	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-50.000	-42.000	0	0	-92.000	0	-92.000
5.04.12	(Aumento)/Redução Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	3.000	3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.930.000	169.000	2.099.000	44.000	2.143.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.930.000	0	1.930.000	44.000	1.974.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	169.000	169.000	0	169.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.407.000	-1.407.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.407.000	-1.407.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	472.000	12.806.000	0	-316.000	39.987.000	3.060.000	43.047.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	1.396.000	1.557.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.390.000	1.551.000
7.01.02	Outras Receitas	12.000	9.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.000	-3.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-936.000	-977.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-767.000	-809.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-166.000	-164.000
7.02.04	Outros	-3.000	-4.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	460.000	580.000
7.04	Retenções	-140.000	-152.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-140.000	-152.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	320.000	428.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.231.000	2.126.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.137.000	2.015.000
7.06.02	Receitas Financeiras	94.000	111.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.551.000	2.554.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.551.000	2.554.000
7.08.01	Pessoal	201.000	190.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	161.000	153.000
7.08.01.02	Benefícios	29.000	27.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.000	10.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	276.000	273.000
7.08.02.01	Federais	214.000	212.000
7.08.02.02	Estaduais	56.000	57.000
7.08.02.03	Municipais	6.000	4.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	125.000	117.000
7.08.03.01	Juros	125.000	117.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.949.000	1.974.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	431.000	432.000
7.08.04.02	Dividendos	101.000	91.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.436.000	1.407.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-19.000	44.000

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a março de 2016 (1T16), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração. O PIB contraiu 1,4% no quarto trimestre do ano passado na comparação com o trimestre anterior. Com o resultado, o PIB em 2015 recuou 3,8%. Indicadores preliminares sugerem uma nova retração no primeiro trimestre deste ano. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego se elevou de 7,9% no 1T15 para 10,9% no 1T16, medido pela Pnad Contínua.

O desempenho fraco da indústria permaneceu ao longo do primeiro trimestre. A produção industrial retraiu 2,3% no 1T16 ante o trimestre anterior. A produção de bens de capital contraiu 4,3%, apresentando o maior recuo entre as categorias de bens industriais (bens de consumo, capital e intermediários). Todas as categorias apresentaram contração. A produção de insumos da construção civil recuou 1,9%. Embora a confiança dos empresários permaneça baixa, a recente diminuição dos estoques

sugere uma relativa estabilização da produção industrial a partir do segundo semestre.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -5,6% em março de 2016, em termos reais, contra uma expansão de 2,8% um ano antes. As concessões acumuladas em 12 meses até março de 2016 recuaram 13,5%, em termos reais, contra uma queda de 4,2% em março de 2015. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física subiu 0,6 p.p nos últimos 12 meses para 4,3% em março de 2016. Já no crédito para Pessoa Jurídica, a inadimplência se elevou para 2,9% em março de 2016 (2,1% em março de 2015).

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Sustentabilidade

Como forma de manter uma relação transparente com seus *stakeholders* (públicos de interesse), a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa), apresentou em abril de 2016 seu Relatório Anual 2015, que compreende o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015. O relato traz as iniciativas e realizações no exercício e inclui informações sobre o desempenho econômico, social e ambiental das quatro principais controladas que integram a holding: Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco), Duratex S.A. (Duratex), Elekeiroz S.A. (Elekeiroz) e Itautec S.A. – Grupo Itautec (Itautec), que têm seus resultados refletidos nas Demonstrações Contábeis da Itaúsa.

Desde 2009, o reporte segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e, pela terceira vez, utilizou a versão G4, com opção abrangente, grau máximo das orientações da GRI, que traz a abordagem e forma de gestão dos aspectos mais relevantes e de maior impacto na perspectiva da Companhia e de seus principais públicos de relacionamento.

As informações de natureza social e ambiental foram compiladas pelas principais áreas das empresas controladas, sendo aprovadas pela Presidência da Itaúsa. O documento foi verificado pela auditoria independente PwC, que emitiu um relatório de asseguarção.

Comentário do Desempenho

Eventos Societários

A Assembleia Geral (AGO/E) de 29.04.2016 deliberou o cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, mediante absorção de R\$ 33,1 milhões.

Nesta mesma Assembleia, a exemplo do que ocorreu nos três últimos anos, foi aprovada bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 4.080 milhões. A bonificação ocorreu de forma gratuita, sendo atribuída aos acionistas 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 29.04.2016, com o objetivo de aumentar a liquidez das ações em decorrência do ajuste do valor de sua cotação no mercado, uma vez que a negociação a um patamar mais acessível combinada com uma maior quantidade de ações em circulação gera, potencialmente, mais negócios e maior volume financeiro, o que resulta em criação de valor aos Acionistas.

As ações recebidas em bonificação farão jus à percepção integral de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados a partir de 29.04.2016. Considerando que os dividendos trimestrais foram mantidos em R\$ 0,015 por ação, os valores pagos trimestralmente aos Acionistas foram incrementados em 10% após a inclusão das novas ações nas posições dos Acionistas.

O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$ 6,04028937 por ação impactando o preço médio da carteira dos acionistas. As novas ações foram creditadas no dia 05.05.2016.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na pág. 05).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente					Em R\$ Milhões
	01/01 a 31/03/2016	%	01/01 a 31/03/2015	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	2.131	101,6%	2.090	99,7%	2,0%
Área Industrial	(34)	-1,6%	6	0,3%	-666,7%
Duratex	(11)	-0,5%	24	1,1%	-145,8%
Elekeiroz	(11)	-0,5%	(7)	-0,3%	57,1%
Itautec	(12)	-0,6%	(11)	-0,5%	9,1%
Total REP Recorrente	2.097	100,0%	2.096	100,0%	0,0%
Resultado Próprio da Itaúsa	(130)		(94)		
Despesas Gerais e Administrativas	(11)		(10)		
Receitas/Despesas Financeiras	19		24		
Despesas Tributárias	(124)		(142)		
Outras Receitas Operacionais	4		3		
IR/CS	(18)		31		
Lucro Líquido Recorrente	1.967		2.002		-1,7%
Resultado não recorrente	1		(72)		
Lucro Líquido	1.968		1.930		2,0%

Comentário do Desempenho

Despesas Gerais e Administrativas (DGA)

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 11 milhões de janeiro a março de 2016, 10,0% maior que no mesmo período de 2015. Em relação ao lucro líquido, as DGAs representaram 0,6%, enquanto no mesmo período de 2015 foram 0,5%.

Receitas/Despesas Financeiras

No primeiro trimestre de 2016, a Itaúsa registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 19 milhões, redução de 20,8% em relação a 2015. O resultado líquido no período sofreu redução em função do menor volume de recursos disponíveis para aplicação.

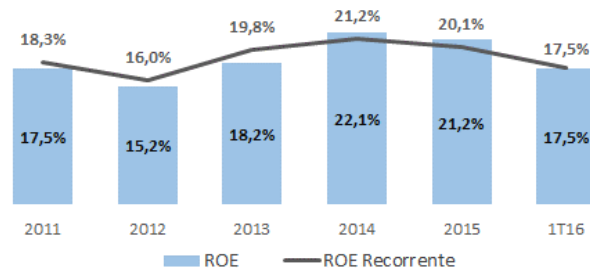
Despesas Tributárias

No acumulado dos três primeiros meses de 2016, as despesas tributárias totalizaram R\$ 124 milhões. Essas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS (9,25%) incidentes sobre receitas financeiras e receita de juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das sociedades investidas.

Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a março de 2016 foi de R\$ 1.967 milhões – queda de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 17,5%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 1.968 milhões com rentabilidade de 17,5%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Liquidez

A Itaúsa possui uma sólida posição de liquidez. O total de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação atingiu R\$ 930 milhões ao final de março de 2016, com redução de 17,2% em relação a março de 2015.

O endividamento^(a) da Companhia em 31 de março de 2016 era de somente 3,0%, sendo que das obrigações totais de R\$ 1,4 bilhão, R\$ 638 milhões eram referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

(a) $(\text{passivo circulante e não circulante} / \text{total do ativo}) \times 100$

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITÁUSA CONSOLIDADO

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Lucro Líquido	1.968	1.930	(19)	44	1.949	1.974
Lucro Líquido Recorrente	1.967	2.002	(19)	44	1.948	2.046
Patrimônio Líquido	45.106	39.987	2.927	3.060	48.033	43.047
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,5%	19,5%	-2,6%	5,8%	16,3%	18,5%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,5%	20,2%	-2,6%	5,8%	16,2%	19,2%

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação	R\$ por ação		
	31/03/2016	31/03/2015	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	0,29	0,29	1,3
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,29	0,30	-2,4
Valor Patrimonial da Controladora	6,68	5,96	12,0
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,07	0,07	1,2
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,20	9,08	-9,7
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	55.388	60.935	-9,1

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 30 de abril de 2015.

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Lucro Líquido	1.968	1.930	(19)	44	1.949	1.974
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes C= (A + B)	(1)	72	-	-	(1)	72
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (A)	(6)	75	-	-	(6)	75
Movimentação de Ações em Tesouraria	(12)	56	-	-	(12)	56
Amortização de Ágios	-	14	-	-	-	14
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(5)	(10)	-	-	(5)	(10)
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	9	15	-	-	9	15
Outros	2	-	-	-	2	-
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (B)	5	(3)	-	-	5	(3)
Elekeiroz	5	(3)	-	-	5	(3)
Lucro Líquido Recorrente	1.967	2.002	(19)	44	1.948	2.046

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Março	Em R\$ Milhões				CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Área de Serviços Financeiros		Área Industrial		
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2016	1.203.294	8.766	710	162	54.020
	2015	1.169.439	8.948	705	262	49.172
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2016	50.985	901	206	3	3.246
	2015	45.710	1.001	209	10	3.235
Lucro Líquido	2016	5.711	(30)	(16)	(12)	1.949
	2015	5.673	68	(4)	(11)	1.974
Patrimônio Líquido (PL)	2016	113.087	4.501	439	65	48.033
	2015	100.365	4.677	461	98	43.047
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽³⁾	2016	20,5%	-2,6%	-14,4%	-68,4%	16,3%
	2015	23,1%	5,9%	-3,3%	-44,1%	18,5%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2016	15.229	147	(3)	(6)	32
	2015	7.668	242	3	(8)	174

(1) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.

- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((mar + dez15)/2).

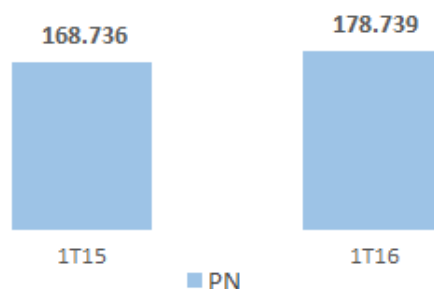
(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o primeiro trimestre de 2016 cotadas a R\$ 8,17, desvalorização de 9,9% em relação à cotação de encerramento no primeiro trimestre de 2015, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou desvalorização de 2,1%. As ações ordinárias (ITSA3) encerraram o primeiro trimestre de 2016 com cotação de R\$ 8,02, queda de 12,7% em relação ao final de março de 2015.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) no primeiro trimestre de 2016 foi de R\$ 178,7 milhões, em comparação a R\$ 168,7 milhões no mesmo período do ano anterior, com 2.113 mil negócios nos primeiros três meses de 2016 (1.700 mil de janeiro a março de 2015).

Volume médio financeiro negociado – diário (R\$ mil)



Desconto Itaúsa

O desconto é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas, acionistas e investidores do mercado de capitais para avaliar o investimento na Itaúsa e diz respeito à diferença entre o valor de mercado verificado para a Itaúsa em comparação com o valor de mercado teórico que se obtém por meio da "soma das partes" que a compõem. A Área de Relações com

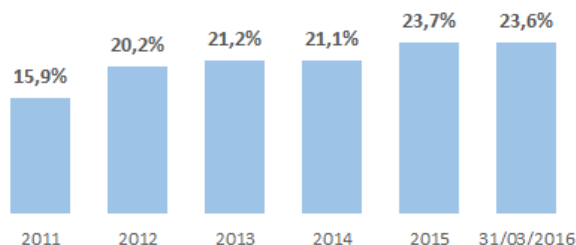
Comentário do Desempenho

Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para recebê-lo basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 31 de março de 2016, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 23,6% em relação ao valor de mercado da soma de suas participações nas Companhias, em comparação a 18,2% ao final de março de 2015.

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era de R\$ 55.388 milhões, queda de 9,1% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R\$ 72.525 milhões. O cálculo do valor de mercado considera as cotações das ações mais líquidas (média do último dia do período) multiplicada pela quantidade de ações em circulação.

Histórico Desconto Itaúsa



5) COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA



Itaú CorpBanca – Em abril, o Itaú Unibanco concretizou a união das operações do Banco Itaú Chile com o CorpBanca. O Itaú CorpBanca, banco resultante da fusão, operará sob a marca “Itaú” e será controlado pelo Itaú Unibanco por meio de uma participação acionária de 33,58% em seu capital social. O Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca, assinado em abril, garante o direito de indicar, conjuntamente com o Corp Group*, a maioria dos membros do Conselho de Administração do Itaú CorpBanca. Esses membros são indicados de acordo com a participação societária de cada parte, sendo que o Itaú Unibanco tem o direito de eleger a maioria desse bloco.

Com a concretização da operação, o Itaú Unibanco passou da 7ª para a 4ª posição no ranking de maiores bancos privados do Chile em termos de empréstimos e ingressou no mercado colombiano de varejo financeiro por meio do Banco CorpBanca Colômbia S.A., 5º maior banco local em termos de empréstimos e o qual também passa a operar sob a marca “Itaú”.

O Itaú Unibanco estima que a materialização dos ganhos decorrentes das oportunidades comerciais e sinergias operacionais ocorra nos próximos anos, não gerando impactos financeiros relevantes em 2016. A partir de 1º de abril de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do

Itaú Unibanco, acrescentando aproximadamente R\$ 117 bilhões (dezembro de 2015) de ativos no balanço. Na mesma data, foi lançado o novo site de Relações com Investidores do Itaú CorpBanca.

*Corp Group é uma holding diversificada controlada pela família Saieh, com investimentos no setores financeiro, varejo, imobiliário, hoteleiro e de mídia.

Aquisição de Controle – Recovery – Em março, após autorização dos reguladores e cumprimento de condições suspensivas, o Itaú Unibanco concluiu a operação de aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A., sendo 81,94% do Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e 7,14% de outros acionistas, e de aproximadamente 70% de um portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios de titularidade do BTG. Estima-se que a operação não tenha efeitos contábeis relevantes nos resultados do Itaú Unibanco em 2016.

Programa de Recompra de ações – No primeiro trimestre, o Itaú Unibanco adquiriu 7,99 milhões de ações preferenciais^(a) de emissão própria no montante total de R\$ 200,23 milhões ao preço médio de R\$ 25,06 por ação^(b). O saldo de ações em tesouraria atingiu 155,2 milhões de ações preferenciais em março de 2016, que equivalem a 5,4% das ações da mesma classe em circulação (free float). Desde 2015, foram recompradas 2,0% das ações próprias

Comentário do Desempenho

emitidas, impactando positivamente o lucro líquido recorrente por ação do primeiro trimestre de 2016 em R\$ 0,02. Em 27 de abril, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta para o cancelamento de 100 milhões de ações preferenciais^(c) de própria emissão e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, resultando em um saldo de 55,2 milhões de ações.

- (a) Valores de recompra incluem taxa de liquidação, corretagem e emolumentos.
 (b) Para obter mais informações sobre os volumes negociados e os preços praticados nessas negociações, acesse www.itaou.com.br/relacoes-com-investidores >Governança Corporativa > Recompra de Ações.
 (c) Pendente de homologação do Banco Central.

Desempenho Econômico

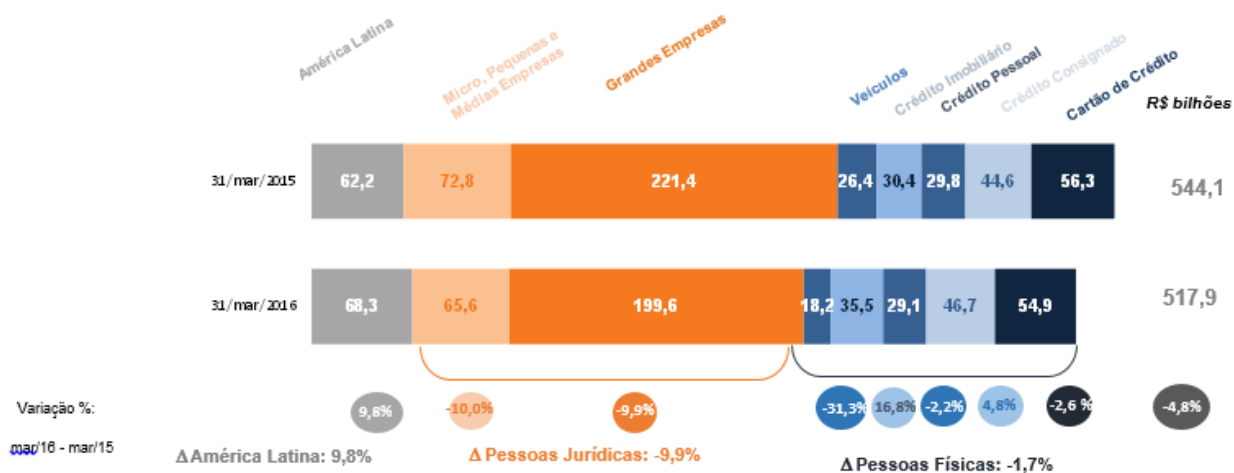
Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 37,31% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Carteira de Crédito

Em 31 de março de 2016 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 517,9 bilhões, com redução de 4,8% em relação a 31 de março de 2015, devido principalmente à redução das seguintes carteiras: grandes empresas; micro pequenas e médias empresas e; veículos.

Se considerarmos também os riscos de crédito que o Itaú Unibanco tem na modalidade de títulos privados, essa redução foi de 4,2%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, a carteira de crédito, incluindo títulos privados, teria reduzido 5,6% em relação ao ano anterior.

Apresentamos a abertura da carteira, com avais e fianças, em 31 de março de 2016 e de 2015:



Resultados

No primeiro trimestre de 2016, o lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco foi de R\$ 5,7 bilhões, com aumento de 0,1% em relação ao primeiro trimestre de 2015, e a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 20,6%. O resultado, apurado em um período econômico desafiador, foi alcançado em função da continuidade de uma estratégia focada em linhas de crédito de menor risco, receitas de serviços e seguros, ao mesmo tempo em que a instituição manteve sua disciplina no controle dos custos.

Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,2 trilhão ao final de março de 2016, com aumento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com maiores garantias.

Comentário do Desempenho

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,9 trilhão em 31 de março de 2016, aumento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação a março de 2015, os depósitos à vista somados aos de poupança reduziram 4,7% em relação ao ano anterior. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 85,6% em 31 de março de 2016.

Inadimplência

A estratégia do Itaú Unibanco de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2011, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira. Em função da conjuntura econômica:

- índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,9% em 31 de março de 2016, aumento de 0,9 p.p. em relação a 31 de março de 2015.
- na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 5,5% ao final de março de 2016, aumento de 1,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- na carteira de clientes pessoas jurídicas atingiu 2,4% ao final de março de 2016, aumento de 0,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Pessoas

O Itaú Unibanco contava com 89,6 mil colaboradores no final do primeiro trimestre de 2016, incluindo cerca de 6,8 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 3,2 bilhões neste período, redução de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Os investimentos somaram R\$ 152 milhões no primeiro trimestre de 2016, sendo que R\$ 66 milhões correspondem à Oferta Pública para Aquisição de Ações (OPA) realizada na Tablemac no processo de fechamento do seu capital. Assim, a Duratex passa a

deter 94% das ações da companhia na Colômbia. A previsão é que sejam investidos R\$ 420 milhões durante o ano de 2016, sem considerar o valor da OPA, sendo que deste total, um montante aproximado de R\$ 200 milhões refere-se ao plantio e manutenção das áreas florestais e o restante destinado somente à sustentação das operações.

A Duratex continua com seu programa de expansão das exportações na Divisão Madeira, sendo que no 1º trimestre de 2016 houve um acréscimo de 80% no volume comparado ao mesmo período do ano anterior. A expectativa é que o volume total em 2016 cresça 50% comparado a 2015, seguindo a estratégia da Duratex de aumentar a participação da receita de fora do mercado brasileiro, como forma de diminuir sua dependência ao mercado interno.

Resultados

A receita líquida totalizou R\$ 901,4 milhões no trimestre, sendo R\$ 105,5 milhões referentes à participação da controlada colombiana, Tablemac. A receita apresentou queda de 5,6% comparado ao trimestre anterior e de 10,0% quando comparada com o primeiro trimestre de 2015.

O EBITDA ajustado e recorrente da Duratex totalizou R\$106,3 milhões no trimestre, equivalente a uma queda de 42,7% comparado ao 4º trimestre de 2015, e com uma margem de 11,8%, resultado de um volume mais fraco juntamente com piora do *mix* de produtos, com maior concentração de venda dos produtos com margem inferior. Além disso, houve uma pressão nos preços, impactando o resultado final.

A Duratex apresentou um prejuízo de R\$ 29,6 milhões no primeiro trimestre de 2016, consequência de um menor resultado operacional e do aumento das despesas financeiras, decorrente do aumento das taxas de juros e do endividamento líquido da empresa, sendo parte relacionado à captação de recursos para a OPA da Tablemac, ocorrida em março.

A dívida líquida da empresa em 31.03.2016 era de R\$ 2.150,7 milhões, Esse nível de endividamento líquido equivale a 2,95x o EBITDA Recorrente Ajustado dos últimos 12 meses e a 47,8% do Patrimônio Líquido, ao final do trimestre.

A **Divisão Madeira** apresentou aumento de volume no primeiro trimestre de 0,9% em relação ao trimestre anterior, mas com uma queda de 15,5% comparado ao primeiro trimestre de 2015. A receita líquida da Divisão Madeira totalizou R\$ 608,5 milhões no acumulado de janeiro a março de 2016, redução de 8,6% em relação ao mesmo período de 2015. A

Comentário do Desempenho

margin EBITDA no primeiro trimestre de 2016 foi 11,6%, abaixo da apresentada no trimestre anterior, de 22,1% e do mesmo período em 2015, de 23,1%. Essa pressão na margem foi resultado principalmente do *mix* de produtos, com maior volume de painéis *standard*, e menor diluição de custos fixos e despesas administrativas.

O volume de vendas da **Divisão Deca** foi de 6,2 milhões de itens no trimestre praticamente igual ao volume apresentado no 4º trimestre de 2015. Em relação ao primeiro trimestre de 2015 houve redução de 7,4%. A receita líquida no trimestre ficou 12,8% abaixo do mesmo período de 2015. A margem EBITDA do trimestre foi de 12,2% (13,2% excluindo-se a Corona), devido principalmente ao menor volume de expedição, apresentando queda com relação à margem do trimestre anterior de 14,3%.

Elekeiroz

Os investimentos alcançaram R\$ 3,4 milhões no primeiro trimestre de 2016, destinados principalmente à manutenção das operações.

Em fevereiro de 2016, a Elekeiroz assinou contrato visando a aquisição de 50% do capital da Nexoleum Bioderivados, por meio da criação de uma Joint Venture, que produzirá, comercializará e distribuirá plastificantes “verdes” obtidos por meio da modificação química de óleos vegetais. O investimento na aquisição e na posterior ampliação da capacidade produtiva será de aproximadamente R\$ 15 milhões. A conclusão do negócio ocorrerá no segundo trimestre de 2016 e a nova unidade produtiva deverá iniciar a produção no início de 2017.

Resultados

O volume de vendas no primeiro trimestre de 2016 apresentou alta de 6% em relação ao mesmo período de 2015, principalmente em função do aumento de 15% na expedição dos produtos inorgânicos. O volume vendido de produtos orgânicos, responsáveis por 46% da expedição, apresentou queda de 4%.

A receita líquida do trimestre totalizou R\$ 205,7 milhões, queda de 2% em relação a 2015. No mercado interno, responsável por 90% das vendas, a queda foi de 1%; as exportações caíram 4%.

O lucro bruto acumulado de janeiro a março de 2016 foi de R\$ 9,1 milhões, queda de 15% em relação ao do primeiro trimestre de 2015.

Eventos não recorrentes: foram provisionados os custos referentes à desativação temporária das linhas

de Ftálico e Plastificantes de Camaçari, impactando negativamente o resultado em R\$ 8,2 milhões. No primeiro trimestre de 2015, ocorreu reversão de provisões para contingências cíveis que contribuíram para a melhora do resultado em R\$ 3,4 milhões.

O EBITDA no primeiro trimestre foi de R\$ 7,0 milhões negativos, contra R\$ 4,3 milhões positivos em 2015.

No 1º trimestre de 2016 a empresa apresentou prejuízo líquido de R\$ 16,1 milhões, contra prejuízo líquido de R\$ 3,8 milhões em 2015. Desconsiderando os eventos não recorrentes, o prejuízo líquido seria R\$ 10,7 milhões em 2016, e prejuízo de R\$ 6,1 milhões em 2015.

Ao final de março a dívida líquida totalizou R\$ 168,7 milhões, correspondendo a 38% do Patrimônio Líquido.

Itautec

Na reunião de 25.02.2015, o Conselho de Administração da Itautec aprovou a intenção em exercer a opção de venda (put option) das 763.740 ações que possui na Oki Brasil Ind. Com. Produtos Tecnologia em Automação S.A. (“Oki Brasil”), a ocorrer em janeiro de 2017, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Com isto, desde fevereiro de 2015 esse investimento da Itautec, correspondente a 30% do capital da Oki Brasil, passou a ser classificado contabilmente como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda”.

Em 26.02.2016, as partes firmaram Aditamento ao Acordo de Acionistas de modo que a Itautec subscreveu 1.717.650 novas ações no aumento do capital da Oki Brasil e as integralizou em 08.03.2016 por R\$ 20,0 milhões do total de R\$ 148,4 milhões subscritos e integralizados, passando o investimento total da Itautec a corresponder a 16,2% do capital da Oki Brasil.

Posteriormente, em reunião de 31.03.2016, o Conselho de Administração da Itautec aprovou a intenção em exercer também a venda dessas novas ações da Oki Brasil (additional put option), a ocorrer em janeiro de 2020, conforme previsto no Aditamento ao Acordo de Acionistas. Desta forma, a partir de março de 2016 esse investimento adicional da Itautec no capital da Oki Brasil também passou a ser classificado contabilmente como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda”.

Em janeiro de 2017, após exercer a opção de venda (put option) das 763.740 ações da Oki Brasil, o

Comentário do Desempenho

Investimento da Itautec será reduzido a 11,2% do capital da Oki Brasil.

Resultados

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do 1T16 foi de R\$ 2,6 milhões.

O resultado bruto acumulado do período foi negativo em R\$ 0,3 milhão.

No acumulado de janeiro a março de 2016, o LAJIDA (EBITDA) foi negativo em R\$ 16,9 milhões.

As despesas operacionais do 1T16 atingiram R\$ 4,5 milhões.

O resultado líquido acumulado do trimestre foi um prejuízo de R\$ 12,1 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de março de 2016 era de R\$ 44,4 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 31,6 milhões, resultando em uma disponibilidade de R\$ 12,8 milhões.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 102 mil colaboradores ao final de março de 2016, incluindo aproximadamente 7,4 mil colaboradores em unidades no exterior e 46 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 3,4 bilhões de janeiro a março de 2016.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2016, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro a março de 2016, foram prestados os seguintes serviços:

- ☞ 06 de janeiro – serviços de *Benchmarking* de Capital Humano 2016;
- ☞ 22 de janeiro - assessoria fiscal e de preços de transferência;
- ☞ 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março – aquisição de treinamento e materiais técnicos;
- ☞ 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

Notas Explicativas

ITAÚSA

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de março de 2016

(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,44% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,03% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 09 de maio de 2016.

Notas Explicativas



NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IAS 19 Benefícios aos Empregados, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver alguma aquisição de controle compartilhado.

Notas Explicativas



- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios a iniciar em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios a iniciar em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações Contábeis da ITAÚSA.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Itaúsa e suas controladas.

Notas Explicativas



2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4 m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/03/2016 era de R\$ 845 (R\$ 816 em 31/12/2015).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 31/03/2016 era de R\$ 858 (R\$ 771 em 31/12/2015).

Notas Explicativas



d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 48, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2016	Porcentagem do capital em 31/12/2015
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,31%	37,36%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

Notas Explicativas



II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas



II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda, é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no seu valor contábil. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado, enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

Notas Explicativas



I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
 - (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
 - (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- ou

Notas Explicativas



(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em "Outros Resultados Operacionais".

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Notas Explicativas



f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Notas Explicativas

ITAÚSA

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

Notas Explicativas

ITAÚSA

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

Notas Explicativas

ITAÚSA

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

Notas Explicativas

ITAÚSA

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

Notas Explicativas



r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2016	31/12/2015
Disponibilidades	65	80
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	324	348
Certificado de Depósitos Bancários	727	944
Operações Compromissadas	645	802
Total	1.761	2.174

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/03/2016	31/12/2015
Letra Financeira Subordinada	59	61
Letra Financeira do Tesouro	226	221
Total	285	282

Notas Explicativas**NOTA 5 - CLIENTES**

Contas a receber	31/03/2016	31/12/2015
Cientes no país	869	864
Cientes no exterior	137	148
Partes Relacionadas	35	43
<i>Impairment</i>	(64)	(59)
Total	977	996

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	908	931
Vencidos até 30 dias	28	29
Vencidos de 31 a 60 dias	12	10
Vencidos de 61 a 90 dias	5	4
Vencidos de 91 a 180 dias	10	7
Vencidos há mais de 180 dias	78	74
Total	1.041	1.055

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o período findo em 31 de março de 2016.

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(59)	(43)
Constituição	(7)	(19)
Reversão	1	1
Baixa de títulos	1	6
Aquisição DuchaCorona	-	(4)
Saldo Final	(64)	(59)

Notas Explicativas



NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Ativos Financeiros	393	253	919	257
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	91	-	104
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	339	-	835	-
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	6	14	19	9
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	-	118	3	122
Créditos com Precatório	-	11	-	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	5	19	5	12
Outros Valores a Receber	43	-	57	-
Outros Ativos Não Financeiros	37	-	13	-
Despesas Antecipadas	25	-	6	-
Outros	12	-	7	-

b) Outros Passivos

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores	132	-	271	-
Provisão de Pessoal	124	-	147	-
Sociedade em Conta de Participação ⁽¹⁾	24	94	108	-
Adiantamento de Clientes	22	6	22	6
Aquisição de Empresas	25	34	24	33
Rendas Antecipadas	-	-	7	-
Fretes e Seguros a Pagar	23	-	17	-
Comissões a Pagar	8	-	8	-
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	8	-	8	-
Provisões para Garantias e Reestruturação	21	4	17	28
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital por Subscrição	40	-	-	-
Outras Contas a Pagar	120	-	32	33
Total	547	138	661	100

(1) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

NOTA 7 - ESTOQUES

	31/03/2016	31/12/2015
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	340	381
Produtos Acabados	388	366
Produtos em elaboração	118	117
Almoxarifado Geral	107	107
Adiantamento a Fornecedores	3	3
Provisão para perdas nos estoques	(2)	(6)
Total	954	968

O custo dos estoques reconhecido no resultado é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou em 31 de março de 2016 R\$ 900 (R\$ 916 em 31 de março de 2015).

Em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas



NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 01/01/2015							
Capital Social	75.000	7.430	1.868	321	272	52	32
Ações em Tesouraria	(1.328)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(431)	(332)	405	(1)	-	2	-
Reservas	24.511	17.320	2.298	145	(163)	52	(31)
Outros	1.508	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 01/01/2015	99.260	24.418	4.543	465	109	106	1
Movimentações de 01/01 a 31/03/2015							
Resultado Líquido	5.673	414	67	(4)	(11)	-	-
Ações em Tesouraria	(302)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(4.449)	(155)	(43)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	428	111	33	-	-	-	-
Outras Movimentações	(245)	(65)	2	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2015							
Capital Social	75.000	7.430	1.868	321	272	52	39
Ações em Tesouraria	(1.667)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3)	(221)	438	(1)	-	-	-
Reservas	25.623	17.514	2.324	141	(174)	54	(38)
Outros	1.412	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 31/03/2015	100.365	24.723	4.602	461	98	106	1
Patrimônio Líquido em 01/01/2016							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	(195)	43	(45)
Outros	1.733	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 01/01/2016	112.252	28.257	4.532	455	77	305	2
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016							
Resultado Líquido	5.711	619	(31)	(16)	(12)	-	-
Ações em Tesouraria	97	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.841)	(130)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(752)	(197)	(15)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(380)	(119)	(9)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2016							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	43
Ações em Tesouraria	(4.144)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.042)	(754)	444	-	-	-	-
Reservas	32.720	16.754	2.193	117	(207)	43	(41)
Outros	1.405	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 31/03/2016	113.087	28.430	4.477	439	65	305	2

Notas Explicativas



b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/03/2015	2.770.034.003	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações do Capital Social	2.770.036.544	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.541)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/03/2015	2.698.953.678	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	2.760.796.137	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(61.842.459)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/03/2015	5.468.987.681	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/03/2015	1.071.116.200	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	752.189	12.200.000
Ações Ordinárias	1.071.022.909	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	752.189	12.200.000
Ações Preferenciais	93.291	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/03/2015							
No Capital Social	19,59%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,53%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/03/2016	3.047.037.403	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/03/2016	2.881.647.042	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.036.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(155.228.709)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/03/2016	5.928.684.445	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/03/2016	1.178.227.819	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta 31/03/2016							
No Capital Social	(1) 19,87%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	35,53%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,87% e indireta de 17,44%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,21% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,31% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

Notas Explicativas



c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto		Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 01/01/2015								
Participação Societária	19.413	16.246	1.607	449	106	106	1	37.928
Resultados Não Realizados	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	121	-	-	-	-	-	-	121
Saldo Contábil em 01/01/2015	19.520	16.246	1.607	449	106	106	1	38.035
Movimentações de 01/01 a 31/03/2015	235	203	21	(4)	(11)	-	-	444
Resultado de Participação Societária	1.739	276	24	(4)	(11)	-	-	2.024
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.539)	(103)	(15)	-	-	-	-	(1.657)
Outros Resultados Abrangentes	84	73	12	-	-	-	-	169
Outras Movimentações	(49)	(43)	-	-	-	-	-	(92)
Saldo do Investimento em 31/03/2015								
Participação Societária	19.657	16.449	1.628	445	95	106	1	38.381
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	111	-	-	-	-	-	-	111
Saldo Contábil em 31/03/2015	19.755	16.449	1.628	445	95	106	1	38.479
Valor de Mercado em 31/03/2015	70.849	-	2.050	234	176	-	-	73.309
Saldo do Investimento em 01/01/2016								
Participação Societária	22.336	18.800	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	93	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 01/01/2016	22.416	18.800	1.603	440	75	305	2	43.641
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016	135	115	(19)	(16)	(12)	-	-	203
Resultado de Participação Societária	1.725	412	(11)	(16)	(12)	-	-	2.098
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.350)	(86)	-	-	-	-	-	(1.436)
Outros Resultados Abrangentes	(150)	(131)	(5)	-	-	-	-	(286)
Outras Movimentações	(90)	(80)	(3)	-	-	-	-	(173)
Saldo do Investimento em 31/03/2016								
Participação Societária	22.475	18.915	1.584	424	63	305	2	43.768
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	89	-	-	-	-	-	-	89
Saldo Contábil em 31/03/2016	22.551	18.915	1.584	424	63	305	2	43.844
Valor de Mercado em 31/03/2016	69.173	-	1.906	213	158	-	-	71.450

Notas Explicativas

ITAÚSA

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015			01/01 a 31/03/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	112.252	22.416	58.179	5.673	1.739
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	28.257	18.800	-	414	276
Total				41.216			2.015

	% de participação em 31/03/2016		31/03/2016			01/01 a 31/03/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,31	64,16	113.087	22.551	69.173	5.711	1.725
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	28.430	18.915	-	619	412
Total				41.466			2.137

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/03/2016	31/12/2015
Ativos	1.203.296	1.276.424
Caixa e Equivalente de Caixa	116.987	91.649
Ativos Financeiros	585.848	651.825
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	418.026	447.404
Ativos Fiscais	48.590	52.158
Demais Ativos	33.845	33.388
Passivos	1.089.664	1.163.629
Depósitos	266.318	292.610
Captações no Mercado Aberto	305.940	336.643
Outros Passivos Financeiros	331.375	354.046
Provisão de Seguros e Previdência Privada	134.970	129.305
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	19.457	18.994
Demais Passivos	31.604	32.031

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Receita de Juros e Rendimentos	38.707	34.967
Despesa de Juros e Rendimentos	(22.686)	(15.793)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	10.675	2.873
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(4.977)	2.910
Lucro Líquido	5.698	5.783
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	5.711	5.673
Outros Resultados Abrangentes	(752)	428
Resultado Abrangente	4.959	6.101

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/03/2016 e 31/12/2015, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2014								
Custo	727	1.115	4.169	52	57	318	142	6.580
Depreciação Acumulada	-	(399)	(1.920)	(34)	(47)	-	(95)	(2.495)
Saldo Contábil, líquido	727	716	2.249	18	10	318	47	4.085
Movimentações de 01/01 a 31/03/2015								
Aquisições	10	1	16	1	1	79	5	113
Depreciação	-	(10)	(69)	-	(1)	-	(3)	(83)
Outros	10	2	93	-	-	(80)	11	36
Saldo em 31/03/2015								
Custo	747	1.117	4.278	53	60	317	161	6.733
Depreciação Acumulada	-	(408)	(1.989)	(34)	(50)	-	(101)	(2.582)
Saldo Contábil, líquido	747	709	2.289	19	10	317	60	4.151
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.566	60	60	195	174	6.968
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.215)	(37)	(50)	-	(107)	(2.822)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016								
Aquisições	-	2	8	1	-	35	2	48
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação	-	(9)	(73)	(1)	(1)	-	(3)	(87)
Transferências	-	9	43	-	-	(53)	1	-
Outros	(5)	(3)	(8)	-	-	-	(1)	(17)
Saldo em 31/03/2016								
Custo	770	1.146	4.608	61	60	177	176	6.998
Depreciação Acumulada	-	(422)	(2.288)	(38)	(51)	-	(110)	(2.909)
Saldo Contábil, líquido	770	724	2.320	23	9	177	66	4.089
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

Notas Explicativas



NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2014					
Custo	74	11	714	412	1.211
Amortização Acumulada	(48)	(1)	-	(133)	(182)
Saldo Contábil, líquido	26	10	714	279	1.029
Movimentações de 01/01 a 31/03/2015					
Aquisições	6	-	-	-	6
Amortização	(1)	(1)	-	(7)	(9)
Outros	-	-	-	2	2
Saldo em 31/03/2015					
Custo	80	11	714	414	1.219
Amortização Acumulada	(49)	(2)	-	(140)	(191)
Saldo Contábil, líquido	31	9	714	274	1.028
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016					
Aquisições	2	-	-	-	2
Amortização	(2)	-	-	(7)	(9)
Outros	-	(4)	5	(1)	-
Saldo em 31/03/2016					
Custo	87	22	719	413	1.241
Amortização Acumulada	(54)	(2)	-	(168)	(224)
Saldo Contábil, líquido	33	20	719	245	1.017
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill) é decorrente das seguintes aquisições:

	31/03/2016	31/12/2015
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 23)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	-
Metalúrgica Jacareí	2	2
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	719	714

Notas Explicativas



NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2016, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 166,7 mil hectares em áreas de efetivo plantio (170,3 mil hectares em 31/12/2015) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,17% a.a. em 31 de março de 2016 e 10,17% a.a. em 31 de dezembro de 2015. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde o custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

Notas Explicativas**ITAÚSA****b) Composição dos Saldos**

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	916	895
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	557	547
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.473	1.442

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.442	1.355
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	36	124
Exaustão	(27)	(146)
Variação do Valor Histórico		
Formação	38	204
Exaustão	(16)	(95)
Saldo final	1.473	1.442

	31/03/2016	31/12/2015
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	9	(22)
Variação do Valor Justo	36	124
Exaustão do Valor Justo	(27)	(146)

Notas Explicativas



NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.942	1.940
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(660)	(660)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	667	694
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	726	685
Resultado de Investimentos no Exterior	(2)	(1)
Juros Sobre o Capital Próprio	(55)	3
Outras	(2)	7
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	7	34

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(49)	183	503
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	2	8
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(13)	72	248
Outros	35	(16)	35	54
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(220)	292	816
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	3	-	(51)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(85)	(129)
Depreciação	(105)	96	(1)	(10)
Planos de Pensão	(4)	1	(2)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	2	-	(2)
Outras Obrigações	(31)	3	(22)	(50)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	17	-	(359)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	122	(110)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(98)	182	205

Notas Explicativas



	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(46)	9	466
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	-	2	10
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	3	-	-	3
Provisões para Passivos Contingentes	248	(5)	28	271
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	51	51
Outros	54	(12)	2	44
Total do Ativo Fiscal Diferido	816	(63)	92	845
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	1	-	(50)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(129)	39	-	(90)
Depreciação	(10)	-	-	(10)
Planos de Pensão	(5)	-	-	(5)
Venda de Imóvel	(2)	-	-	(2)
Outras Obrigações	(50)	-	(1)	(51)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	18	-	(341)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(611)	58	(1)	(554)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	(5)	91	291

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 31/03/2016, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/03/2016	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido:	845	816
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	96	55
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	749	761
Passivo Fiscal Diferido	(554)	(611)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(554)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	291	205

Notas Explicativas



NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empresa	Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/03/2016		31/12/2015	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex	BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	49	4	64	5
	BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	-	1
	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	64	131	64	146
	BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5	5	5	7
	BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	2	1	2
	FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	8	43	8	43
	FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	4	-	6
	FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	20	94	20	97
	FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	2	38	2	36
	PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	2	1	4	1
	CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	1	57	1	56
	CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % CDI	-	3	655	14	645
	DESCONTO NPR	8,75% a.a	-	21	-	20	-
	Total moeda nacional			177	1.035	203	1.045
	BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	10	-	14	1
	BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	1	2	1
	BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	-	1	-
	ACC	US\$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	61	-	-	-
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,35 % a 2,59 % a.a.	Nota Promissória	110	179	110	180
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 1,5 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	126	592	6	723
	Total moeda estrangeira			310	772	133	905
Total Duratex				487	1.807	336	1.950
Duratex	BNDES	3,5 a 5,5 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	27	1	27
Controladas	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	3	52	3	53
	FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	1	3	1	3
	NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	2	142	7	141
	NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	11,5 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	131	-	127	-
	Total moeda nacional			138	224	139	224
	BANCO SANTADER-HERMES COM SWAP	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	6	-	3	5
	CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	3	3	2	5
	DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	9	12	10	11
	LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	2	-	2
	BANCO SAFRA LUXEMBOURG	3,75 % a.a.	Garantia Standby Letter	73	-	-	-
	Total moeda estrangeira			91	17	15	23
Total Duratex Controladas				229	241	154	247
Elekeiroz	BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	22	41	23	46
	BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	-	10	-	6
	BNDES	3,0 a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	1	3	2	3
	FINEP	3,5% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	8	2	10
	CESSÃO DE CRÉDITO	17,18 % a.a.	-	23	-	23	-
	NCE	CDI + 2,67 a 2,91 % a.a.	-	38	-	40	-
	VENDOR	-	-	1	-	2	-
	Total moeda nacional			87	62	92	65
	BNDES	Variação cambial+2,03 a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	7	10	7	12
	ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,50 % a.a.	-	5	-	-	-
	PRÉ PAGTO. EXP. COM SWAP	CDI + 5,22 % a.a.	-	18	-	20	-
	Total moeda estrangeira			30	10	27	12
Total Elekeiroz				117	72	119	77
Itaotec	BNDES	TJLP + 1,1 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	1	-
	BNDES	TJLP + 3,1 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	1	-
	BNDES	5,6 % a.a.	Fiança Bancária	-	-	1	-
	FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	14	15	15	19
	BB 4131	105,6 % CDI	-	-	-	11	-
	ALFA CG	110,65% CDI	-	-	-	30	-
	Total moeda nacional			16	15	59	19
Total Itaotec				16	15	59	19
Total Itaúsa Consolidado				849	2.135	668	2.293

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

Vencimento	31/03/2016	31/12/2015
2017	376	552
2018	490	483
2019	733	732
2020	431	423
2021	80	79
2022	11	10
2023	7	7
Demais	7	7
Total	2.135	2.293

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

	31/03/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	135	-	135	7	130	137

NOTA 15 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/03/2016	31/12/2015
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	140	135
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	13
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	14	14
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	45	33
PIS e COFINS	4	4
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	13	13
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	18	18
Outros	16	12
Total	263	242

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Notas Explicativas

ITAÚSA

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	664	87	20	771
Atualização Monetária	21	4	2	27
Constituição	66	4	2	72
Reversão	(2)	(2)	(1)	(5)
Pagamentos	-	(7)	-	(7)
Saldo Final	749	86	23	858
(-) Depósitos Judiciais	(28)	(14)	-	(42)
Saldo em 31/03/2016 após a compensação dos Depósitos Judiciais	721	72	23	816

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 647: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de março de 2016, esses processos totalizavam R\$ 826 para causas tributárias, R\$ 36 para causas trabalhistas e R\$ 6 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 312: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 251: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 87: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 42: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 18: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 13: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

Notas Explicativas



NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA

a) Capital Social

O capital social autorizado é de 9.075.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 3.025.000.000 em ações ordinárias e até 6.050.000.000 em ações preferenciais.

O Capital Social subscrito é de R\$ 32.325, representado por 6.758.798.536 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.597.547.108 ordinárias e 4.161.251.428 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2015 e de março de 2016:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2015	245.123.401	403.541.149	648.664.550	5.300
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.596.527.796	2.755.241.873	5.351.769.669	25.596
Residentes no Exterior	1.019.312	1.406.009.555	1.407.028.867	6.729
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(2.635.200)	(2.000.000)	(4.635.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2016	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.596.596.824	2.651.194.303	5.247.791.127	25.098
Residentes no Exterior	950.284	1.510.057.125	1.511.007.409	7.227
Ações em Tesouraria em 31/03/2016	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Em Circulação em 31/03/2016	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Notas Explicativas**ITAÚSA****I. Cálculo**

Lucro Líquido	1.968	
(-) Reserva Legal	(98)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.870	
Dividendo Mínimo Obrigatório	468	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionados	532	(64)	468
Dividendos	101	-	101
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/07/2016	101	-	101
Juros sobre o Capital Próprio	431	(64)	367
1 parcela de R\$ 0,0637 por ação a ser declarado	431	(64)	367
Total em 31/03/2016 - R\$ 0,0692 líquido por ação	532	(64)	468
Total em 31/03/2015 - R\$ 0,0684 líquido por ação (*)	523	(65)	458

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas

	31/03/2016	31/12/2015
Reservas de Lucros	13.307	12.654
Legal	1.221	1.123
Estatutárias	12.086	11.531
Equalização de Dividendos	5.896	5.291
Reforço do Capital de Giro	3.037	2.770
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.153	2.752
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	718
Outras Reservas	579	687
Total das Reservas na Controladora	13.886	13.341

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2015	1.123	11.531	687	13.341
Constituição de Reservas	98	1.338	-	1.436
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(65)	(108)	(173)
Saldo em 31/03/2016	1.221	12.086	579	13.886

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas



NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

⁽¹⁾ *cupom IGP-M*

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Notas Explicativas



Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					Dez/15	Mar/16			2007 a 2014	2015	2016	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	59.113	9,79	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.469.581	1.469.581	8,88	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.543.474	1.543.474	7,26	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	867.236	867.236	3,98	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.471.579	1.464.361	7,04	9	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.014.061	2.003.776	5,11	9	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.010.991	1.006.979	5,69	6	5	1	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.648.699	6,54	9	4	2	1	2
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.154.616	2.154.616	4,48	9	2	2	1	4
Soma	18.671.198				12.239.350	12.217.835		96	83	5	2	6
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93	81⁽¹⁾	6⁽²⁾	5⁽³⁾	5⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015.

(3) Valor contabilizado contra o resultado no 1º trimestre 2016.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de março de 2016 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaotec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Notas Explicativas**Premissas**

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/2007
Prazo limite para exercício	31/12/2016
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 31 de março de 2016 o preço de mercado das ações era de R\$ 14,50 (R\$ 15,00 em 31 de dezembro de 2015) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 18 - VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.390	1.551
Mercado Interno	1.173	1.389
Mercado Externo	217	162
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(281)	(331)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.109	1.220

NOTA 19 - DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Variação do valor justo dos ativos biológico	36	45
Variação nos estoques de produtos acabados	78	98
Matérias-primas e materiais de consumo	(669)	(699)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(231)	(222)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(140)	(152)
Despesas de transporte	(75)	(71)
Despesas de publicidade	(21)	(27)
Outras despesas	(103)	(111)
Total	(1.125)	(1.139)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Custo dos produtos e serviços	(900)	(916)
Despesas com vendas	(143)	(153)
Despesas gerais e administrativas	(82)	(70)
Total	(1.125)	(1.139)

Notas Explicativas**NOTA 20 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Reversões (provisões) para Contingências	(12)	6
Resultado de Plano Benefício	(1)	(1)
Amortização Intangível	(8)	(7)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(2)	(4)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	7	10
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	3	-
Receita de aluguel	3	-
Outros	(7)	6
Total	(17)	10

NOTA 21 - RESULTADO FINANCEIRO

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	69	59
Varição cambial ativa	3	27
Atualizações monetárias	16	9
Juros e descontos obtidos	4	15
Outras	2	1
Total	94	111
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	55	(233)
Varição cambial passiva	(8)	(30)
Atualizações monetárias	(24)	(14)
Operações com derivativos	(145)	152
Taxas bancárias	(2)	(2)
Imposto de operações financeiras	-	-
Outras	(8)	(8)
Total	(132)	(135)
Total do resultado financeiro	(38)	(24)

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Lucro Líquido	1.968	1.930
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(42)	(41)
Subtotal	1.926	1.889
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(26)	(26)
Subtotal	1.900	1.863
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	730	716
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.170	1.147
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	756	742
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.212	1.188
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.595.391.868	2.578.901.608
Ações Preferenciais	4.159.251.428	4.130.929.307
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,29	0,29
Ações Preferenciais	0,29	0,29

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 23 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

a) Bank of America Corporation

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2015	Amortizações/ Realizações	31/03/2016
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	32	(2)	30
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	55	(4)	51
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	88	(6)	82
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	155	(6)	149
Passivo fiscal Diferido (IV)	(62)	2	(60)
Total ágio alocado (V = III + IV)	93	(4)	89
Ágio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas



NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de março de 2016 com 9.098 participantes (9.356 em 31 de dezembro de 2015).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 118 (R\$ 119 em 31 de dezembro 2015). Foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de março de 2015).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em fevereiro de 2016, foi recebida a última parcela correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2016	31/03/2015
Taxa de Desconto	12,60% a.a.	11,66% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,38 % a.a.	7,59 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,00 % a.a.	5,20 % a.a.
Inflação	5,00 % a.a.	5,20 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas



NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Área Financeira

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de março de 2016 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Notas Explicativas



	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2016	1.203.294	8.766	710	162	54.020
	2015	1.169.439	8.948	705	262	49.172
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2016	50.985	901	206	3	3.246
	2015	45.710	1.001	209	10	3.235
Lucro Líquido	2016	5.711	(30)	(16)	(12)	1.949
	2015	5.673	68	(4)	(11)	1.974
Patrimônio Líquido (PL)	2016	113.087	4.501	439	65	48.033
	2015	100.365	4.677	461	98	43.047
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2016	20,5%	-2,6%	-14,4%	-68,4%	16,3%
	2015	23,1%	5,9%	-3,3%	-44,1%	18,5%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2016	15.229	147	(3)	(6)	32
	2015	7.668	242	3	(8)	174

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'15 + mar) / 2).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/03/2016	31/12/2015	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Aplicações Financeiras	147	236	6	6
Itaú Unibanco S.A.	147	236	6	6
Clientes	37	43	41	53
Partes Relacionadas de Controladas (*)	37	43	41	53
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(2)	-
Itaú Corretora S.A.	-	-	(1)	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	1	-
Itaú Seguros	-	-	(2)	-
Total	184	279	45	59

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 1 de 01/01 a 31/03/2015) em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de março de 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Duratex S.A.	298	330
Elekeiroz S.A.	105	110
Itautec S.A.	30	33
Total	433	473

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Remuneração	12	8
Participações no Lucro	3	3
Opções de Ações	1	1
Total	16	12

Notas Explicativas



NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 645 (R\$ 802 em 31/12/2015), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

Notas Explicativas



A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/03/2016	31/03/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	37	265	272	(5)
Posição Ativa	1.198	1.462	272	(5)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	1.010	1.278	272	-
Taxa Pré-Fixada	188	184	-	(5)
Posição Passiva	(1.161)	(1.197)	-	-
CDI	(1.161)	(1.197)	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2015	31/12/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	19	365	375	(8)
Posição Ativa	1.199	1.568	375	(8)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	1.009	1.393	375	-
Taxa Pré-Fixada	190	175	-	(8)
Posição Passiva	(1.180)	(1.203)	-	-
CDI	(1.180)	(1.203)	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(6)	(12)	(18)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		6	12	18
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	16	(402)	(819)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(16)	402	819
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	-	-
Cambial	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	-	-
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(6)	(12)
		Aumento US\$	-	6	12
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(3)	(5)	(10)
		(Aumento US\$)	-	5	10
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	6	13
		(Aumento US\$)	-	(6)	(13)
Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	1	2	
	(Aumento US\$)	-	(1)	(2)	
Total			(3)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

Notas Explicativas



O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/03/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	983	866	1.262	8
Fornecedores e Outras Obrigações	247	2	-	35
Total	1.230	868	1.262	43

31/12/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	676	1.180	1.235	7
Fornecedores e Outras Obrigações	441	3	-	29
Total	1.117	1.183	1.235	36

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

Notas Explicativas



	Nível	31/03/2016	31/12/2015
Ativos ⁽¹⁾		3.669	4.628
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	65	80
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.696	2.094
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	59	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	226	221
Contas a Receber de Clientes	2	977	996
Dividendos/JCP	2	339	835
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	91	104
Outros Ativos Financeiros	2	216	237
Passivos		4.042	5.139
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.119	3.098
Fornecedores / Outras Obrigações	2	284	473
Dividendos/JCP	2	639	1.568

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 IIa

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme reunião realizada em 25/02/2015, os membros do Conselho de Administração da Itaotec deliberaram, por unanimidade, aprovar a intenção da Itaotec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a ITAÚSA possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Itaotec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em duas rubricas em função do valor justo ser superior ao valor contábil:

- “Ativo Mantido para Venda” no montante de R\$ 38;
- “Outros Valores a Receber” no montante de R\$ 8 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2015), correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Em 26 de fevereiro de 2016, as partes firmaram Aditamento ao Acordo de Acionistas de modo que a ITAÚSA, através de sua subsidiária Itaotec, subscreveu 1.717.650 novas ações no aumento do capital da Oki Brasil e as integralizou em 08 de março de 2016 por R\$ 20 do total de R\$ 148 subscritos e integralizados, passando o investimento total da ITAÚSA a corresponder a 16,2% do capital da Oki Brasil.

Em reunião de 31 de março de 2016, o Conselho de Administração da Itaotec aprovou a intenção de exercer também a venda dessas novas ações da Oki Brasil (*additional put option*), a ocorrer em janeiro de 2020, conforme previsto no Aditamento ao Acordo de Acionistas. Desta forma, a partir de março de 2016 esse investimento adicional da Itaotec no capital da Oki Brasil também passou a ser classificado contabilmente como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” no montante de R\$ 20.

Notas Explicativas**NOTA 29 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO**

Propriedades para Investimento	Terrenos	Edifícios	Instalações	Total
Saldo Contábil, líquido em 31/12/2015	2	28	-	30
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016	-	(1)	-	(1)
Depreciação	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31/03/2016				
Custo	2	52	2	56
Depreciação Acumulada	-	(25)	(2)	(27)
Saldo Contábil, líquido	2	27	-	29

Em 31/03/2016 a receita de aluguel das propriedades para investimento totalizou R\$ 1 (R\$ 2 em 31/03/2015). Este imóvel, situado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo (terreno, edifício e instalações), está alugado pela subsidiária Itaotec à Oki Brasil Ind. Com. Produtos Tecnologia em Automação S.A..

NOTA 30 – EVENTOS SUBSEQUENTES**Duratex S.A.****a) Homologação de Aumento de Capital**

Em reunião de 26/04/2016, o Conselho de Administração da Duratex, homologou aumento de capital no montante de R\$ 94, mediante emissão de 26.219.063 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Em decorrência do aumento, o capital social da Duratex passou de R\$ 1.876 para R\$ 1.970, dividido em 691.784.501 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Certificados de Recebíveis do Agronegócio

Em 1 de abril de 2016, a controlada indireta Duratex Florestal Ltda., recebeu R\$ 675 relativos a cessão de um contrato de compra e venda de madeira, existente entre ela e a Duratex S.A. Este contrato foi utilizado como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, emitidos pela Ourinvest Securitizadora S.A. Neste sentido foram emitidos 675 mil certificados de valor unitário igual a R\$ 1.000,00 e que perfaz o montante recebido. O prazo de vencimento destes certificados é de 6 anos, com pagamento “bullet” do principal e juros semestrais.

Bonificação de Ações e Cancelamento de Ações em Tesouraria – ITAÚSA

Na Assembleia Geral de 29/04/2016 foram aprovadas as seguintes matérias, entre outras:

- Bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de Reservas no valor de R\$ 4.080. O custo unitário atribuído às ações bonificadas foi de R\$ 6,04028937 por ação, independentemente da espécie. As ações subscritas no aumento de capital social também fizeram jus à bonificação de 10% em ações; e
- Cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes em tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individual e consolidada, do valor adicionado (“DVA”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparadas pela Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITÁUSA - INVESTIMENTOS ITÁU S.A. (Itáusa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 31.03.2016, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itáusa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itáusa no período. São Paulo (SP), 9 de maio de 2016. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores